

WASHINGTON NOVAES

Impasse na convenção do clima

Pela primeira vez em muitos anos, o ceticismo parece ser a tônica nos meios diplomáticos e científicos que participam das negociações sobre caminhos para levar à prática a Convenção sobre Mudanças Climáticas, aprovada em 1992, e o Protocolo de Kyoto, de 1997, que pretendia



Chega-se às vésperas da conferência Rio + 10 com um panorama melancólico

implementá-la – com o compromisso de os países industrializados reduzirem em 5,2%, entre 2008 e 2012, suas emissões de poluentes da atmosfera (sobre os níveis de emissão em 1990).

É certo que os países europeus, além de continuarem pressionando os Estados Unidos a ratificar o protocolo (o que nem o presidente George W. Bush nem o Senado norte-americano aceitam), se dizem dispostos a levar à prática o compromisso de 1997, se conseguirem reunir em torno da idéia 55% dos signatários e países industrializados que, juntos, respondam por 55% das emissões, no mínimo. Mas parece pouco provável que o consigam, já que seria indispensável a adesão do Japão, bastante incerta, e da Rússia, mais distante ainda.

Os russos não só desejam vender a outros países poluidores “direitos” de emissão (já que a redução de quase 50% em suas atividades econômicas na última década implicou uma queda equivalente nas emissões de poluentes atmosféricos), como relegaram as questões ambientais a plano secundário – tanto que acabam de fechar acordos para abrigar em seu território lixo nuclear de outros países.

Os Estados Unidos, por sua vez, ameaçados de recessão econômica, continuam a colocar a reativação nessa área como prioridade absoluta – o que tem levado o governo Bush, além de ressuscitar programas de tecnologia militar de ponta (que se traduzirão mais tarde em tecnologias civis ativadoras da eco-

nomia), a anunciar a expansão dos programas energéticos que têm como base o uso de combustíveis fósseis (os mais poluidores). Não querem nem pensar, neste momento, em cumprir o compromisso de Kyoto, que os obrigaria a reduzir suas emissões atuais em uns 20% (os 7% que aceitaram no Japão,

mais o aumento a partir de 1990). Isso significaria emitir menos 280 milhões de toneladas de carbono por ano. A um custo de US\$ 100 anuais por tonelada a reduzir, a conta anual chegaria quase a US\$ 30 bilhões – sem falar em problemas de competitividade com alterações nos custos de produção.

Nesse panorama, crescem as chances de uma proposta brasileira tornar-se alternativa mais palatável. É a que propõe calcular a contribuição direta de cada país para o aumento da temperatura do planeta, computando as emissões de poluentes desde que elas são registradas, há muitas décadas.

Essa proposta – reiterada esta semana no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo pelo presidente da Agência Espa-

cial Brasileira, Luiz Gylvan Meira Filho – foi mais uma vez discutida em fins de maio, em Bonn, por cientistas de muitos países, entre eles os maiores especialistas em química atmosférica, modelagem de clima, ciclo do carbono, etc. O relatório dessa discussão será levado à próxima reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas, programada para julho.

Se essa reunião de julho parece fadada ao impasse no que diz respeito ao Protocolo de Kyoto, por outro lado surgem esperanças de que os negociadores, depois de rediscutir os ângulos científicos da proposta brasileira, concordem em levá-la a exame mais amplo na reunião seguinte da Conferência das Partes, no fim do ano, em Marrakesh.

Uma das singularidades da proposta brasileira está em que, ao propor levar em conta a responsabilidade das emissões históricas de cada país no aumento da temperatura planetária, não exclui os países em desenvolvimento da obrigação proporcional de reduzir as emissões que advirá desse cálculo – ao contrário do Protocolo de Kyoto, que, num primeiro momento, obriga apenas os países já industrializados, por causa de sua responsabilidade diferenciada, decorrente das emissões históricas somadas às atuais.

Não é a mesma posição defendida pelo Senado norte-americano, que, para referendar o Protocolo de Kyoto, exige que países como China, Índia e Brasil também reduzam imediatamente suas emissões – porque o pensamento norte-americano pretende levar em conta apenas as emissões atuais. Mas pode ser que por aí se encontre um meio-termo, com os países em desenvolvimento aderindo ao esforço de redução, levando em conta, porém, emissões históricas e atuais e sua responsabilidade direta no aumento da temperatura.

Podem parecer apenas sutilezas, mas não são – têm profundas repercussões na matriz energética de cada país e em sua competitividade econômica global e setorial. E cada país, neste momento, está colocando esses ângulos à frente de qualquer outro.

Inquietante, sem dúvida. Porque a cada dia a ciência confirma a gravidade do quadro de ameaça de mudanças climáticas. As últimas confirmações vieram de duas renomadas instituições, em área na qual ainda se levantavam interrogações – National Oceanic and Atmosphere Administration, de Silver Spring, Maryland, e Scripps Institution of Oceanography, de San Diego, Califórnia, ambas nos Estados Unidos. Segundo essas instituições, as novas modelagens mostram que a temperatura dos oceanos subiu 0,3 grau centígrado em 40 anos por causa da elevação da temperatura da Terra, decorrente, por sua vez, das emissões de gases formadores do efeito estufa.

Chega-se, assim, às vésperas da conferência Rio + 10 com um panorama melancólico. Dos documentos aprovados no Rio 92, a Agenda 21 mundial não saiu do papel; mesmo com a convenção sobre diversidade biológica em vigor, o desmatamento prossegue implacável no mundo e no Brasil; e a convenção sobre mudanças climáticas ainda tateia em busca de um caminho prático, apesar dos alertas da ciência.

